



Amin: "não votando, mantemos o veto".



Covas: bancada unida pelo veto.

PARLAMENTARES SE ARTICULAM

Para tentar apagar o incêndio causado pela tentativa de aumentar salários

Os parlamentares contrários à derrubada do veto presidencial, que permitiu o aumento salarial, estão se articulando para reverter o impacto da decisão tomada pela Câmara na quarta-feira passada. O deputado José Genoíno (PT-SP) decidiu questionar a legalidade da sessão que derrubou o veto, porque diz que o presidente da Câmara naquele dia, deputado Wilson Campos (PSDB-PE), não permitiu que os deputados que não concordavam falassem. "Não houve o contraditório", argumenta Genoíno, que conversou no final de semana com os ministros militares.

De acordo com Genoíno, pelo menos 100 deputados votaram derrubando o veto de Itamar sem avaliar devidamente as consequências da decisão, porque Campos não permitiu o alerta a respeito dos reflexos que isto iria trazer ao País. "Campos agiu como se fosse presidente de uma assembleia de estudantes e não da Câmara".

O STF, que também na quarta-feira aumentou seus salários com uma mudança de data para o cálculo da média em URV, passou a ser o alvo maior do conflito entre os três Poderes. Os ministros de Itamar Franco passaram a se ar-

ticular para obter maioria no Congresso e isolar o Judiciário. Amanhã, os deputados farão uma reunião de emergência para encontrar uma saída negociada que possa atenuar a crise. A tendência é conseguir maioria pró-Executivo, deixando o STF isolado. "Não dá para aceitar mais que o Supremo dê cartas antecipadas", disse Genoíno.

Para resolver a revolta nas Forças Armadas o objetivo é tentar votar, na revisão constitucional, uma política salarial que os diferencie dos servidores civis, para que possam organizar suas carreiras a exemplo de outras categorias.